

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1

A inteligência artificial (IA) está transformando a maneira como as políticas públicas são formuladas e implementadas em todo o mundo. A sua capacidade de processar grandes volumes de dados em alta velocidade e identificar padrões complexos oferece oportunidades para a melhoria da eficiência e da eficácia das ações governamentais, desde a otimização de serviços públicos até a formulação de políticas baseadas em evidências. Assim, a IA passou a ser considerada uma ferramenta essencial para os governos enfrentarem diversos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e questões de saúde pública e segurança.

Uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas é a gestão de recursos públicos. As aplicações de IA podem analisar grandes quantidades de dados financeiros e operacionais, a fim de identificar ineficiências e desperdícios, e permitir uma melhor alocação de recursos. Além disso, essas tecnologias proporcionam a automação de processos burocráticos, para reduzir custos operacionais e possibilitar que os servidores públicos atuem em tarefas de maior valor agregado.

O Poder Judiciário é outro setor em que a IA tem um impacto crescente. As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões, o que reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais. Contudo, isso leva a questões éticas e legais sobre a transparência e a imparcialidade dos algoritmos, bem como sobre o papel do ser humano na tomada de decisões judiciais.

De forma ampla, a administração pública é impactada pela IA, especialmente no que diz respeito à automação de processos e à análise de grandes volumes de dados. A análise de dados em tempo real permite que os gestores públicos tomem decisões mais informadas e respondam rapidamente a mudanças nas condições socioeconômicas. Contudo, a adoção da IA no setor público também exige uma reformulação das práticas regulatórias, para garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que os riscos sejam adequadamente gerenciados.

Apesar dos diversos benefícios que a IA pode trazer para as políticas públicas, os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados. Questões controversas, como a discriminação algorítmica, a proteção da privacidade e de dados pessoais, a transparência e a responsabilidade, são fundamentais para o debate sobre a adoção de IA em políticas públicas.

Internet: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br>> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG2A1, a IA

- Ⓐ tem o potencial de substituir os servidores públicos em todas as tarefas.
- Ⓑ é considerada uma ferramenta essencial para a determinação dos desafios contemporâneos que devem ser enfrentados com prioridade.
- Ⓒ contribui para a eficiência e a eficácia das ações governamentais, dada a sua capacidade de processamento de dados e de identificação de padrões.
- Ⓓ é, atualmente, a melhor ferramenta para o incremento da eficiência e da eficácia das ações governamentais.
- Ⓔ formula políticas públicas baseadas em evidências.

Questão 2

Com base nas ideias do texto CG2A1 relativas às áreas impactadas pela IA, é correto afirmar que

- Ⓐ mudanças climáticas, saúde pública, segurança, gestão dos recursos públicos e justiça são as áreas que mais se beneficiam com o uso da IA.
- Ⓑ a utilização da IA no Poder Judiciário suscita questões éticas e legais.
- Ⓒ o uso da IA na gestão de recursos públicos reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões.
- Ⓓ políticas sobre mudanças climáticas, saúde pública e segurança são as principais áreas escolhidas pelos governos para a aplicação da IA.
- Ⓔ a gestão dos recursos públicos e o Poder Judiciário são as áreas em que mais se utiliza a IA.

Questão 3

No que diz respeito ao uso da IA na administração pública, conclui-se das informações do texto CG2A1 que

- Ⓐ a análise de dados em tempo real pode acarretar benefícios concretos.
- Ⓑ a reformulação das práticas regulatórias tem sido negligenciada pelos governantes.
- Ⓒ os desafios relacionados ao uso da IA requerem ainda mais atenção que os benefícios gerados por ela.
- Ⓓ a automação de processos e a análise de grandes volumes de dados ainda estão em teste no Brasil.
- Ⓔ os riscos do uso da IA, de maneira geral, não estão sendo bem gerenciados.

Questão 4

Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do segundo parágrafo do texto CG2A1. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical, mas altera o sentido do texto.

- Ⓐ A gestão de recursos públicos, nas políticas públicas, estão entre as principais áreas de impacto da IA.
- Ⓑ Nas políticas públicas, uma das principais áreas de impacto da IA são a gestão de recursos públicos.
- Ⓒ Uma das principais áreas de impacto da IA é a gestão de recursos públicos nas políticas públicas.
- Ⓓ A gestão de recursos públicos é uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas.
- Ⓔ Dentre as principais áreas de impacto da IA, nas políticas públicas, incluem-se a gestão de recursos públicos.

Questão 5

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG2A1, a expressão “a fim de” introduz uma oração que expressa circunstância de

- Ⓐ consequência.
- Ⓑ finalidade.
- Ⓒ conclusão.
- Ⓓ causa.
- Ⓔ concessão.

Questão 6

No último período do quarto parágrafo do texto CG2A1, a palavra “equitativa” está empregada com o mesmo sentido de

- Ⓐ positivista.
- Ⓑ legal.
- Ⓒ justa.
- Ⓓ parcial.
- Ⓔ impessoal.

Questão 7

Considerando as regras gramaticais relativas à concordância e à colocação pronominal, assinale a opção em que é apresentada uma proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto CG2A1: “os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados” (primeiro período do último parágrafo).

- Ⓐ não pode-se ignorarem os desafios associados ao seu uso
- Ⓑ não podem ignorarem-se os desafios associados ao seu uso
- Ⓒ não se podem ignorarem os desafios associados ao seu uso
- Ⓓ não podem ignorar os desafios associados ao seu uso
- Ⓔ não se podem ignorar os desafios associados ao seu uso

Espaço livre

Texto CG2A2-I

BONS DIAS!

Eu pertenço a uma família de profetas, *après-coup*, *post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coupe do milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua) levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que ainda meu sobrinho) pegou de outra taça e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo: fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida, e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô, fico.

— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescestes imensamente. Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo, tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites!

Questão 8

No texto CG2A2-I, o personagem-narrador

- Ⓐ apresenta a libertação do escravo como ato de iniciativa própria, independente da decisão governamental, por considerá-lo vantajoso para seus planos pessoais, não por justiça a Pancrácio.
- Ⓑ é um homem que tem a capacidade de antever acontecimentos, um profeta, propriedade divina que ele atribui a uma herança familiar.
- Ⓒ vê-se como um importante representante da corte, que gosta de contribuir financeiramente para a realização de confraternizações com alguma causa social.
- Ⓓ assume, em um contexto de transição do escravismo para o trabalho assalariado, um comportamento verdadeiramente abolicionista, de benfeitor.
- Ⓔ ressentido de ter libertado o escravo em um ato *post factum*, o que, para ele, poderia comprometer sua superioridade moral e seu discernimento inusitados.

Questão 9

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do segmento “e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado”, no quarto parágrafo do texto CG2A2-I.

- Ⓐ Em “a liberdade era um dom de Deus”, o emprego do verbo **ser** no pretérito imperfeito do indicativo é recurso de linguagem que denota referência a uma característica religiosa de época passada.
- Ⓑ As orações introduzidas pelo vocábulo “que” expressam uma sequência de circunstâncias de finalidade.
- Ⓒ O deslocamento do segmento “acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos”, com as vírgulas que o isolam, para a posição entre o vocábulo “e” e a forma verbal “declarei” não prejudicaria a correção gramatical do período.
- Ⓓ Nas estruturas “a nação inteira devia acompanhar” e “os homens não podiam roubar sem pecado”, observa-se emprego informal do pretérito imperfeito do indicativo para indicar ação hipotética.
- Ⓔ Em “há dezoito séculos”, a substituição da forma verbal “há” por **fazem** manteria, sem prejuízo da correção gramatical, a ideia de tempo decorrido.

Questão 10

Assinale a opção correta no que se refere aos aspectos linguísticos do seguinte trecho do texto CG2A2-I: “Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade.”

- Ⓐ O segmento “efeitos da liberdade” funciona sintaticamente como aposto, pois retoma e explica o termo “um peteleco”.
- Ⓑ O emprego do sinal de dois pontos sinaliza uma pausa breve entre os termos da oração e introduz um aposto — “aceitou até um peteleco”.
- Ⓒ A estrutura “um peteleco que lhe dei” poderia ser reescrita, com correção gramatical e manutenção dos sentidos do texto, como **um peteleco que lhe foi dado**.
- Ⓓ A expressão temporal “no dia seguinte” poderia ser deslocada, com o devido ajuste de iniciais maiúsculas e minúsculas, para o início do período, sem prejuízo da correção gramatical ou dos sentidos do texto.
- Ⓔ Na estrutura “por me não escovar bem as botas”, o pronome átomo pode ocupar, com correção, a posição proclítica ao verbo — **por não me escovar bem as botas** —, sem prejuízo do sentido, tampouco da correção gramatical.

Questão 11

Em relação ao texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ No texto, está implícita uma visão otimista da possibilidade de surgimento de uma nova sociedade, condicionada à atuação de homens livres.
- Ⓑ Após ter sido alforriado, o personagem Pancrácio passou à condição de homem livre e trabalhador assalariado, o que, para o personagem-narrador, serviu de justificativa para o castigo físico ao qual o ex-escravizado foi submetido quando falhou no desempenho do trabalho caseiro.
- Ⓒ Devido à repercussão que o ato generoso do personagem-narrador teve entre os amigos que participaram do banquete, o anfitrião viu-se como um homem preparado para a vida pública, apostando, portanto, em sua candidatura a deputado.
- Ⓓ No texto, o personagem-narrador, um valoroso cidadão da corte, aponta, em tom de denúncia, as vicissitudes que enfrentou ao emancipar seu escravo Pancrácio.
- Ⓔ O autor cria, com base em fatos que remetem à corte, um personagem-narrador cínico, oportunista e sequioso de notoriedade no que se refere à causa abolicionista, mas afável e cristão no trato pessoal entre amigos.

Texto CG2A2-II

Lembremos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas. Segundo a concepção moderna dos direitos, os homens são portadores de direitos por natureza (direito natural) e por efeito da lei positiva (direito civil), instituída pelos próprios homens. Essa diferença dos direitos é de grande envergadura porque lhes permite compreender uma prática política inexistente antes da modernidade e que se explicita, significativamente, em ocasiões muito precisas: a prática da *declaração dos direitos*.

A prática de *declarar* direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os seres humanos que eles são portadores de direitos e, por outro, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. Em outras palavras, a existência da divisão social (por exemplo, os grandes e o povo, em Maquiavel; as classes sociais, em Marx) permite supor que alguns possuem direitos e outros, não. A declaração de direitos inscreve os direitos na sociedade e na política, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o *reconhecimento* de todos, exigindo o *consentimento* social e político de todos. Esse reconhecimento e esse consentimento dão aos direitos a condição e a dimensão de direitos *universais*.

A prática política da declaração de direitos ocorre em ocasiões muito precisas. De fato, algumas declarações de direito ocorrem em situações revolucionárias, isto é, naqueles momentos em que o Baixo da sociedade se rebela contra o Alto e não mais reconhece a ordem vigente injusta: na Revolução Inglesa de 1640; na Independência dos Estados Unidos; na Revolução Francesa de 1789; na Revolução Russa de 1917. Também encontramos a declaração de direitos no período posterior à Segunda Guerra Mundial, isto é, ao fenômeno do totalitarismo nazista e fascista, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Dessa maneira, os direitos dos homens se tornaram uma questão sociopolítica comprovada pelo fato de que as declarações dos direitos ocorrem nos momentos de profunda transformação social e política, quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência de que estão criando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente contra a ameaça de sua extinção. Não por acaso, portanto, no caso do Brasil, a luta pelos direitos humanos ganhou força social e política no combate à ditadura implantada em 1964 e aprofundada em 1969, com o Ato Institucional n.º 5.

Questão 12

Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o primeiro período do texto CG2A2-II.

- Ⓐ Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos, que se sustentam em todas as formas de violência, seja físicas, psíquicas, raciais, de gênero e religiosas.
- Ⓑ Lembremos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- Ⓒ Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce ou contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero, sejam religiosas.
- Ⓓ Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nascem contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- Ⓔ Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.

Questão 13

No que se refere à pontuação, seria mantida a correção gramatical do texto CG2A2-II caso se inserisse vírgula imediatamente depois do vocábulo

- Ⓐ “sociedade”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.
- Ⓑ “envergadura”, no último período do primeiro parágrafo.
- Ⓒ “humanos”, no primeiro período do segundo parágrafo.
- Ⓓ “óbvio”, em sua segunda ocorrência no primeiro período do segundo parágrafo.
- Ⓔ “direitos”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.

Questão 14

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto CG2A2-II.

- Ⓐ No penúltimo período do texto, a oração “ou defendendo a sociedade existente” pode ser reescrita, sem prejuízo sintático ou semântico, como **para defender a sociedade**, já que ambas expressam ideia de finalidade.
- Ⓑ No último período do texto, o deslocamento da conjunção “portanto”, com a vírgula que a sucede, para o início do período, feitos os devidos ajustes de letra inicial maiúscula e minúscula, manteria as relações estruturais e de sentido do texto.
- Ⓒ No último período do texto, a estrutura nominal “no combate à ditadura” poderia ser substituída, com correção gramatical e manutenção da coerência textual, por **ao combater à ditadura**.
- Ⓓ Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho “nos momentos de profunda transformação social e política” (penúltimo período do texto) poderia ser reescrito como **nos momentos que há profunda transformação social e política**.
- Ⓔ Na estrutura oracional “quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência” (penúltimo período do texto), o termo “quando” expressa circunstância de proporcionalidade.

Questão 15

Acerca da responsabilidade civil do Estado e de causas excludentes e atenuantes dessa responsabilidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A existência de risco administrativo afasta a necessidade de qualquer análise do comportamento da vítima ou da presença de excludentes de responsabilidade.
- Ⓑ A ocorrência de caso fortuito ou força maior exclui automaticamente a responsabilidade do Estado, independentemente da análise donexo causal.
- Ⓒ O Estado pode ser responsabilizado por atos de terceiros, mesmo que não exista qualquer relação entre o fato danoso e a atividade estatal.
- Ⓓ A culpa exclusiva da vítima é circunstância que pode afastar a responsabilidade do Estado, caso fique demonstrada a inexistência de nexocausal entre a conduta estatal e o dano.
- Ⓔ A responsabilidade do Estado por omissão é sempre objetiva, pois decorre do simples descumprimento do dever legal de agir.

Questão 16

Assinale a opção correta sobre os poderes administrativos conferidos à administração pública.

- Ⓐ O poder de polícia, apesar dos atributos da coercibilidade e da autoexecutoriedade, não dispensa a necessidade específica de ordem judicial para ser exercido.
- Ⓑ O poder hierárquico justifica a avocação e a delegação de competências entre autoridades públicas, desde que respeitados os limites legais e o interesse público.
- Ⓒ O poder disciplinar, por ser discricionário, permite que a administração pública deixe de aplicar sanções a servidores mesmo quando comprovado o cometimento de infração funcional.
- Ⓓ O poder regulamentar permite à administração pública inovar o ordenamento jurídico por meio de decretos autônomos, independentemente de previsão legal expressa.
- Ⓔ O poder disciplinar pode ser exercido pela administração pública em face de qualquer particular que pratique infração administrativa, mesmo que ele não tenha vínculo contratual ou funcional com o poder público.

Questão 17

Assinale a opção correta a respeito do abuso de poder no exercício da função administrativa.

- Ⓐ O agente que praticar ato com abuso de poder responderá somente na esfera administrativa.
- Ⓑ O excesso de poder acontece quando a autoridade pratica ato dentro da competência legal, mas motivado por interesse pessoal.
- Ⓒ A autoridade administrativa pode modificar a finalidade do ato, desde que persista o interesse público.
- Ⓓ O abuso de poder na prática de ato administrativo configura vício e pode ensejar sua nulidade, mesmo que formalmente o ato esteja correto.
- Ⓔ O desvio de finalidade ocorre quando o agente público extrapola os limites de sua competência legal ao praticar determinado ato.

Questão 18

Assinale a opção que corresponde ao atributo dos atos administrativos que decorre do poder conferido à administração pública para impor obrigações mesmo contra a vontade do particular, desde que haja previsão legal ou interesse público.

- Ⓐ presunção de legitimidade
- Ⓑ tipicidade
- Ⓒ imperatividade
- Ⓓ impugnabilidade
- Ⓔ autoexecutoriedade

Questão 19

No que se refere às entidades que compõem a administração pública indireta, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sociedades de economia mista são inteiramente controladas pelo Estado e possuem capital exclusivamente público.
- Ⓑ As autarquias e fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado, razão pela qual possuem certa flexibilidade administrativa e contratual.
- Ⓒ As autarquias são criadas por lei específica, possuem personalidade jurídica própria de direito público e exercem atividades típicas da administração pública.
- Ⓓ Por serem entidades descentralizadas, as fundações públicas não se submetem à fiscalização estatal.
- Ⓔ As empresas públicas e as sociedades de economia mista exercem exclusivamente atividades econômicas e, por isso, não estão sujeitas ao controle estatal.

Questão 20

A respeito dos agentes públicos e de suas formas de vínculo com a administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente os cargos públicos podem ser providos por concurso público, enquanto empregos públicos são destinados exclusivamente a contratações temporárias.
- Ⓑ Os empregados públicos estão sujeitos ao regime estatutário previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.112/1990.
- Ⓒ Os agentes administrativos são pessoas físicas que exercem função pública com vínculo e remuneração, por meio de cargo ou emprego público.
- Ⓓ Os agentes políticos integram exclusivamente os Poderes Executivo e Legislativo, não havendo agentes políticos no Poder Judiciário.
- Ⓔ Função pública é a atividade exercida em caráter efetivo, necessariamente remunerada, por meio de cargo ou emprego público.

Questão 21

Considerando os mecanismos de controle da administração pública previstos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os atos administrativos discricionários, por sua natureza, estão imunes a qualquer forma de controle, seja interno, externo ou judicial.
- Ⓑ O controle judicial permite ao Poder Judiciário substituir o mérito administrativo, mediante anulação ou reforma de qualquer ato discricionário da administração pública.
- Ⓒ O controle legislativo é exercido exclusivamente pelo Congresso Nacional e limita-se à fiscalização da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo.
- Ⓓ O controle interno da administração pública é competência exclusiva dos tribunais de contas, que exercem a fiscalização dos atos de gestão de recursos públicos.
- Ⓔ O controle judicial permite ao Poder Judiciário declarar a nulidade de atos administrativos quando neles houver ilegalidade, sem que isso represente afronta à separação dos poderes.

Questão 22

Com base na Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta em relação a licitações e contratações públicas.

- Ⓐ O critério de julgamento do menor preço pode ser aplicado exclusivamente para contratação de obras e serviços de engenharia, sendo inaplicável à aquisição de bens e serviços em geral.
- Ⓑ As licitações públicas devem observar os princípios da legalidade, da impessoalidade e da isonomia, não sendo exigido o cumprimento do princípio da eficiência.
- Ⓒ A inexigibilidade de licitação ocorre quando a administração pública decide contratar diretamente por motivos de conveniência, desde que o valor esteja abaixo dos limites legais.
- Ⓓ A modalidade de concorrência é obrigatória para todas as compras de bens comuns, independentemente do valor, sendo vedada a utilização do pregão nesses casos.
- Ⓔ A contratação direta por inexigibilidade de licitação é admitida diante da impossibilidade de competição, como na contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica ou pela opinião pública.

Questão 23

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As normas programáticas, por traçarem apenas diretrizes para a atuação do Estado, são desprovidas de qualquer eficácia.
- Ⓑ As normas de eficácia plena são aquelas que não podem ser alteradas por emenda à Constituição.
- Ⓒ A norma constitucional de que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, é considerada, pelo STF, norma de eficácia contida.
- Ⓓ A previsão constitucional de que é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas, é considerada norma de eficácia contida.
- Ⓔ A previsão constitucional de que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei, configura norma de eficácia limitada, haja vista a necessidade de integração legislativa.

Questão 24

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição Federal de 1988 estabelece que o aviso prévio, direito do trabalhador urbano e rural, deve ser proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias, nos termos da lei.
- Ⓑ As atividades de associações só poderão ser suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- Ⓒ O Ministério Público é legitimado para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.
- Ⓓ Os tratados internacionais sobre direitos humanos em que o Brasil seja parte terão força constitucional, independentemente de sua forma de aprovação.
- Ⓔ O mandado de segurança destina-se a proteger qualquer direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Questão 25

Mike nasceu em Nova Jersey (EUA), filho de mãe estadunidense e pai brasileiro, que, à época, estava a serviço do Brasil no consulado brasileiro em Nova Iorque. Atualmente, Mike tem 25 anos de idade e cumpre todas as demais condições de elegibilidade estabelecidas na Constituição Federal de 1988 (CF).

Nessa situação hipotética, conforme os direitos fundamentais previstos na CF, Mike

- Ⓐ não poderá ser candidato a prefeito nas próximas eleições municipais, mas poderá ser candidato a deputado estadual ou distrital nas próximas eleições gerais.
- Ⓑ poderá ser candidato a senador da República nas próximas eleições gerais, mas, caso eleito, não poderá ser presidente do Senado Federal, pois não é brasileiro nato.
- Ⓒ não poderá ser candidato a deputado federal nas próximas eleições gerais, pois não é brasileiro nato.
- Ⓓ poderá candidatar-se ao cargo de governador de estado ou do Distrito Federal nas próximas eleições gerais e, caso eleito, poderá exercê-lo.
- Ⓔ poderá ser candidato a deputado federal nas próximas eleições gerais e, caso eleito pelo voto popular, poderá exercer o cargo de presidente da Câmara dos Deputados após eleição por seus pares.

Questão 26

Acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por integrarem a União, os territórios não poderão ser divididos em municípios.
- Ⓑ É vedada à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios qualquer relação com cultos religiosos ou igrejas.
- Ⓒ Para o desmembramento de estado, é necessária aprovação, por intermédio de plebiscito, da população diretamente interessada, isto é, apenas aquela da área a ser desmembrada.
- Ⓓ O desmembramento de municípios, por meio de lei estadual, dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓔ O Distrito Federal é dividido em municípios, denominados cidades-satélites.

Questão 27

Assinale a opção correta a respeito das atribuições e responsabilidades do presidente da República.

- Ⓐ As atribuições do presidente da República são indelegáveis, haja vista o exercício das funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- Ⓑ O presidente da República, ao responder por crime de responsabilidade, ficará suspenso de suas funções a partir do recebimento da denúncia pelo STF.
- Ⓒ O Presidente da República pode dispor, mediante decreto, acerca da organização e funcionamento da administração federal, podendo criar ou extinguir órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesa.
- Ⓓ Na vigência de seu mandato, o presidente da República não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- Ⓔ O presidente da República, na vigência de seu mandato, somente poderá ser preso em flagrante de crime inafiançável.

Questão 28

Em relação ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- Ⓐ As CPI têm os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais, motivo por que podem determinar interceptação telefônica.
- Ⓑ As CPI devem ter prazo certo de duração, porém há a possibilidade de prorrogação de seus trabalhos, os quais poderão ultrapassar os limites da legislatura.
- Ⓒ As CPI podem propor ação de improbidade administrativa na hipótese de suas conclusões apresentarem desvios praticados por gestores públicos.
- Ⓓ A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- Ⓔ Caso o veto presidencial a projeto de lei (PL) seja rejeitado pela maioria absoluta dos deputados e senadores em sessão conjunta, o PL será encaminhado ao presidente da República, para promulgação.

Questão 29

No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Controladoria-Geral da União realiza o controle externo no sistema de fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta federal.
- Ⓑ O controle interno de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) tem, entre outras finalidades, a de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- Ⓒ Compete ao TCU sustar a execução de contrato que contenha ilegalidade quando não for atendido o prazo determinado pelo tribunal para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei.
- Ⓓ Compete ao TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e promover a ação de improbidade administrativa cabível, se for o caso.
- Ⓔ Não prestados os esclarecimentos solicitados pela Comissão Mista de Orçamento, esta solicitará ao TCU pronunciamento conclusivo sobre a matéria, e, caso verifique irregularidade, a corte de contas fará a sustação do gasto.

Questão 30

No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou por intermédio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente.
- Ⓑ Membro do Ministério Público do Trabalho pode ser nomeado pelo presidente da República para o cargo de procurador-geral da República, caso seu nome seja aprovado pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- Ⓒ Os defensores públicos, após dois anos de exercício, têm como garantia a vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- Ⓓ As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas pela maioria absoluta de seus membros em sessão pública ou reservada, a depender do interesse envolvido.
- Ⓔ Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional do Poder Judiciário.

Questão 31

Nos termos da Lei Orgânica do TCE/MS, monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal para

- A** coletar dados preliminares para escolha do instrumento de fiscalização.
- B** avaliar o desempenho de programas governamentais quanto à eficiência e à eficácia.
- C** examinar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão em geral.
- D** suprir omissões de informações ou esclarecer dúvidas.
- E** verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Questão 32

Segundo a Lei Orgânica do TCE/MS, a auditoria pode ser utilizada pelo tribunal para

- A** coletar informações preliminares sobre a organização das entidades jurisdicionadas.
- B** acompanhar a execução orçamentária apenas do Poder Executivo estadual.
- C** verificar o cumprimento de deliberações do TCE/MS.
- D** examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como avaliar o desempenho de órgãos, entidades e programas governamentais.
- E** suprir omissões e lacunas de informações sobre atos sujeitos ao controle do TCE/MS.

Questão 33

Conforme a Lei Orgânica do TCE/MS, uma das finalidades do acompanhamento, instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal, é

- A** examinar exclusivamente os atos de gestão de pessoal praticados pelos jurisdicionados.
- B** examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao seu controle.
- C** suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias e representações.
- D** verificar o cumprimento das deliberações do TCE/MS e os resultados delas advindos.
- E** realizar análise preliminar de dados e documentos para identificar o instrumento de fiscalização adequado.

Questão 34

Em relação às funções constitucionais dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- A** A função corretiva inclui ações como a emissão de determinações e recomendações aos órgãos jurisdicionados, fixação de prazos, adoção de medidas cautelares e sustação de atos irregulares.
- B** A função de ouvidoria não guarda nenhuma relação com o controle interno.
- C** No desempenho da função sancionadora, não é preciso observar o contraditório e a ampla defesa.
- D** A função fiscalizadora não engloba os registros de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias.
- E** O desempenho da função judicante ou julgadora depende de aprovação do Poder Legislativo.

Questão 35

Com base no disposto no Regimento Interno do TCE/MS, assinale a opção correta a respeito das consultas formuladas a esse tribunal de contas.

- A** Compete ao relator fazer o juízo de admissibilidade da consulta.
- B** No processamento da consulta, não há manifestação do Ministério Público de Contas.
- C** A solução da consulta formalizada no parecer-C constitui-se em pré-julgado da tese, e não do fato ou caso concreto.
- D** Apenas os chefes dos Poderes do estado do Mato Grosso do Sul podem formular consulta ao TCE/MS.
- E** É admissível consulta sobre um caso concreto.

Questão 36

Acerca da estrutura do TCE/MS, conforme o disposto em sua Lei Orgânica, assinale a opção correta.

- A** A Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX) integra a Auditoria.
- B** Os auditores de controle externo compõem a Auditoria.
- C** O MPC/MS integra a estrutura do TCE/MS e está vinculado à Presidência dessa corte de contas.
- D** A estrutura funcional do TCE/MS é formada exclusivamente pelo Corpo Deliberativo, pela Presidência e pela Auditoria.
- E** O MPC/MS atua como instituição essencial à atividade de controle externo no âmbito do TCE/MS.

Espaço livre

Questão 37

Com base no Manual de Auditoria Operacional do TCE/MS, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 109/2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ Economicidade consiste na alternativa mais racional para a solução de determinado problema, considerando-se preço × qualidade.
- Ⓑ Efetividade corresponde ao grau de realização dos objetivos e das metas.
- Ⓒ Não é possível a realização de auditoria para levantamento no âmbito de auditoria operacional.
- Ⓓ Auditoria operacional é uma avaliação independente e objetiva em que se verifica se ações do governo estão sendo executadas com economicidade, eficiência e efetividade, mas não tem como escopo o aperfeiçoamento dessas ações.
- Ⓔ A auditoria operacional não pode ser parte de uma auditoria combinada.

Questão 38

Acerca da proposta de encaminhamento prevista no Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sugestões da proposta de encaminhamento podem ser genéricas, como “Adoção de medidas saneadoras para eliminação das falhas encontradas.” ou “Observância à legislação em vigor.”, sem necessidade de mencionar providências específicas para o caso concreto.
- Ⓑ A proposta de encaminhamento é a seção do relatório de fiscalização na qual a equipe de fiscalização enumera as propostas de medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais, para avaliação pelo relator ou colegiado.
- Ⓒ Devem ser propostas medidas corretivas que alcancem as causas dos achados de auditoria, sendo dispensável sugerir aprimoramentos dos controles internos ou da gestão.
- Ⓓ São facultativas as referências aos achados de auditoria quanto à indicação do número do subtítulo em que cada um deles é tratado no relatório.
- Ⓔ As proposições deverão ser extraídas exclusivamente da matriz de responsabilização, sendo dispensada a matriz de achados.

Questão 39

Considerando o disposto no Código de Ética dos Servidores do TCE/MS, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Comissão de Ética é formada por quatro membros, com igual número de suplentes.
- Ⓑ O citado código de ética não se aplica aos agentes públicos que prestam serviço a essa corte de contas em caráter temporário e de forma não remunerada.
- Ⓒ Os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público que presta serviço ao TCE/MS não poderão influenciar no conceito de sua vida funcional.
- Ⓓ Ao presidente do TCE/MS compete estabelecer normas e procedimentos para instrução do rito de condução de processo ético para verificação de condutas relatadas em representação junto à Corregedoria-Geral.
- Ⓔ Compete à Comissão de Ética apurar condutas de agentes públicos em exercício no TCE/MS, instruir e conduzir processos éticos, sem eximir-se de fundamentar as proposições de aplicação de sanção ética.

Questão 40

Em relação à matriz de responsabilização, assinale a opção correta de acordo com o Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024.

- Ⓐ Nessa matriz, os responsáveis por irregularidade devem ser identificados mediante sua qualificação e o período de exercício no cargo, sem necessidade de se incluírem eventuais responsáveis solidários.
- Ⓑ Essa matriz deve ser revisada pelo supervisor e não pode ser alterada pelo coordenador da equipe.
- Ⓒ A mencionada matriz deve ser preenchida sempre que houver achados que configurem irregularidades ou impropriedades.
- Ⓓ Nos casos de omissão, basta identificar, na referida matriz, o dispositivo legal ou regulamentar que atribui ao responsável a competência não exercida.
- Ⓔ A inexistência de nexo de causalidade implica que o agente não pode ser responsabilizado pelo resultado.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Questão 41

Assinale a opção em que é citada a demonstração contábil cujo objetivo é evidenciar a forma de alocação dos resultados obtidos por uma entidade.

- A** demonstração do valor adicionado
- B** demonstração das mutações do patrimônio líquido
- C** demonstração de lucros ou prejuízos acumulados
- D** balanço patrimonial
- E** demonstração dos fluxos de caixa

Questão 42

Julgue os itens a seguir, a respeito de demonstrações contábeis.

- I A demonstração do resultado do exercício evidencia os resultados não abrangentes que contribuíram para a formação do resultado líquido do período.
- II A demonstração do resultado do exercício abrangente evidencia os valores relativos às transações e outros eventos resultantes de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.
- III Incertezas que possam gerar ajustes materiais em ativos e passivos devem ser divulgadas em notas explicativas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 43

Assinale a opção em que é citada a qualidade da informação contábil que busca assegurar que diferentes observadores bem informados e independentes possam chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica apresentada é uma representação fidedigna.

- A** relevância
- B** capacidade de verificação
- C** comparabilidade
- D** tempestividade
- E** representação fidedigna

Questão 44

Os bens fabricados por determinada empresa e disponíveis para comercialização devem ter seus montantes registrados como

- A** matérias-primas.
- B** estoque de produtos acabados.
- C** custo dos produtos vendidos.
- D** estoque de produtos em elaboração.
- E** mercadorias para comercialização.

Questão 45

Uma entidade vendeu instalações por R\$ 10 milhões, valor a ser pago após 18 meses da efetivação da venda. As primeiras duas apropriações mensais de receitas financeiras dessa operação foram de R\$ 140.031,87 e R\$ 142.832,51, respectivamente.

Das informações prestadas nessa situação hipotética, conclui-se que a receita dessa venda, líquida da receita financeira, na data em que se deu a transação era

- A** superior a R\$ 7,2 milhões.
- B** inferior a R\$ 6,0 milhões.
- C** superior a R\$ 6,0 milhões e inferior a R\$ 6,4 milhões.
- D** superior a R\$ 6,4 milhões e inferior a R\$ 6,8 milhões.
- E** superior a R\$ 6,8 milhões e inferior a R\$ 7,2 milhões.

Questão 46

Em relação às técnicas de avaliação a valor justo, julgue os itens subsequentes.

- I O uso de preços de cotação é compatível com a abordagem de mercado.
- II A conversão de valores futuros de caixa em seus valores presentes é uma técnica empregada na abordagem da receita.
- III Inexistindo mercado ativo e na impossibilidade da utilização das abordagens de mercado e de resultado, admite-se o emprego da abordagem de custo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 47

Uma entidade possui um equipamento industrial com 5 anos de uso, vida útil remanescente estimada em 10 anos e valor contábil líquido atual de R\$ 145 mil. A entidade estima que, no restante de vida útil desse equipamento, ele será capaz de produzir 1 milhão de unidades, com ganho de R\$ 0,13 por unidade produzida, a valores atuais. O valor de mercado desse equipamento é de R\$ 150 mil, e, caso a entidade deseje vendê-lo, ela terá de pagar uma comissão de 3% ao vendedor.

Nessas condições, considerado o valor realizável líquido do equipamento, o valor da provisão requerida para fins de contabilização pela entidade é igual a

- A** zero.
- B** R\$ 0,5 mil.
- C** R\$ 1,0 mil.
- D** R\$ 5,0 mil.
- E** R\$ 15,0 mil.

Questão 48

Assinale a opção em que é mencionado o procedimento contábil aplicável à empresa comercial que, apesar da inexistência de previsão legal, adote uma política amplamente conhecida com o objetivo de reembolsar as compras de clientes insatisfeitos.

- A** reconhecimento contábil de um passivo contingente, considerada a possibilidade de a empresa comercial vir a ter de reembolsar alguns de seus clientes
- B** estorno dos lançamentos contábeis das vendas que deram origem à solicitação de reembolso por parte dos clientes, à medida que a empresa comercial for recebendo as referidas solicitações
- C** reconhecimento contábil de uma conta retificadora dos recebíveis gerados por ocasião das vendas, a ser mensurada pela melhor estimativa dos custos de reembolso
- D** reconhecimento contábil de uma provisão para fazer face aos reembolsos das compras de clientes insatisfeitos
- E** reconhecimento contábil de passivos à medida que a empresa comercial for recebendo as solicitações de reembolso por parte de clientes insatisfeitos

Questão 49

Julgue os itens a seguir, relacionados ao patrimônio líquido de uma sociedade por ações.

- I A conta ajustes de avaliação patrimonial, destinada ao reconhecimento das variações decorrentes da avaliação de ativos e passivos a valor justo, pode apresentar saldo credor ou devedor.
- II A expectativa de redução do lucro futuro em decorrência de uma perda considerada provável e cujo valor possa ser estimado permite a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a constituição de uma reserva de lucros denominada reserva para contingências.
- III Ações em tesouraria correspondem a uma conta redutora da conta do patrimônio líquido da qual vieram os recursos aplicados na aquisição de ações de emissão da própria empresa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 50

Para o reconhecimento contábil e a mensuração inicial de arrendamentos de longo prazo cujos ativos subjacentes não sejam considerados de baixo valor, a arrendatária deve reconhecer

- A o ativo relacionado ao direito de uso do ativo subjacente e o passivo de arrendamento, sendo o primeiro avaliado ao valor justo e o segundo, ao custo amortizado.
- B o ativo subjacente do arrendamento e o passivo de arrendamento, sendo o primeiro avaliado ao valor justo e o segundo, ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não tiverem sido feitos na data de início da operação.
- C os recebimentos de arrendamento como receita em base linear ao longo do tempo.
- D os pagamentos de arrendamento como despesa em base linear ao longo do tempo.
- E o ativo relacionado ao direito de uso do ativo subjacente e o passivo de arrendamento, sendo o primeiro avaliado ao custo e o segundo, ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não tiverem sido feitos na data de início da operação.

Questão 51

Assinale a opção em que é apresentado o evento que configura uma mudança na política contábil de uma companhia, de acordo com o disposto no pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata do tema.

- A adoção de política contábil para uma transação que seja diferente, em essência, das anteriormente ocorridas
- B adoção de nova política contábil para transações que não ocorriam anteriormente ou eram consideradas imateriais
- C alteração das circunstâncias que serviram de base para uma estimativa contábil
- D efeito observado em uma estimativa contábil quando da alteração da técnica de mensuração utilizada no cálculo dessa estimativa
- E modificação na base de avaliação de um ativo

Questão 52

Assinale a opção correta no que se refere ao procedimento contábil aplicável à apresentação e à elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata do tema.

- A Os fluxos de caixa da controladora e de suas controladas não estão sujeitos à consolidação, que deve restringir-se à combinação de itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas.
- B As participações de não controladores devem compor o passivo do balanço patrimonial consolidado.
- C Diferenças entre a data das demonstrações contábeis da controlada e a data das demonstrações consolidadas não são permitidas no processo de consolidação.
- D Resultados de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos devem ser eliminados integralmente.
- E As políticas contábeis adotadas por cada entidade do grupo devem ser mantidas inalteradas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Questão 53

matéria-prima utilizada na produção	R\$ 5.000
mão de obra da fábrica, remunerada de acordo com a quantidade produzida	R\$ 20.000
gastos incorridos na fábrica classificados como indiretos e fixos	R\$ 3.000
gastos incorridos na fábrica classificados como indiretos e variáveis	R\$ 2.000
gastos fixos incorridos nas áreas administrativa e de vendas da empresa	R\$ 20.000
gastos variáveis incorridos nas áreas administrativa e de vendas da empresa	R\$ 2.000

Com base na tabela precedente, na qual são apresentados os gastos de uma empresa industrial em determinado período, é correto afirmar que o custo de produção do período, calculado com base no custeio variável, totalizou

- A R\$ 9.000.
- B R\$ 25.000.
- C R\$ 27.000.
- D R\$ 29.000.
- E R\$ 30.000.

Questão 54

Caso uma empresa consiga prorrogar, por 2 anos, o prazo para o pagamento de uma dívida classificada no passivo circulante, a prorrogação obtida deve afetar prontamente o cálculo do indicador denominado

- A margem líquida.
- B liquidez geral.
- C grau de alavancagem financeira.
- D liquidez seca.
- E participação de capital de terceiros.

Questão 55

Assinale a opção correta, considerando que, no setor público, o regime orçamentário e o regime contábil (patrimonial) são regimes distintos.

- Ⓐ O regime orçamentário reconhece as receitas orçamentárias no momento da arrecadação e as despesas orçamentárias no momento do pagamento.
- Ⓑ Segundo o regime contábil (patrimonial), em consonância com o MCASP, deve haver o registro das variações patrimoniais independentemente da execução orçamentária.
- Ⓒ Tanto o regime orçamentário quanto o regime contábil adotam o regime de competência, pois ambos buscam refletir a situação patrimonial em tempo real.
- Ⓓ De acordo com o regime orçamentário, as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias devem ser registradas no momento do fato gerador, ainda que não haja arrecadação ou empenho.
- Ⓔ O regime contábil no setor público é baseado exclusivamente no princípio do caixa, sendo registradas receitas efetivas quando do seu recebimento e despesas efetivas quando do seu pagamento.

Questão 56

Em 2023, um ente público possuía um veículo registrado no ativo imobilizado pelo valor contábil líquido de R\$ 50.000. Nesse mesmo ano, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 10.000, o que causou a redução do valor contábil líquido do veículo para R\$ 40.000. No final de 2024, nova avaliação apontou que o valor de mercado do veículo era de R\$ 48.000.

De acordo com o MCASP e as normas aplicáveis à reversão de perdas por redução ao valor recuperável, o tratamento correto na situação apresentada consiste em

- Ⓐ reverter a perda de R\$ 8.000 como ajuste diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.
- Ⓑ reverter parcialmente a perda, elevando-se o valor contábil líquido do veículo de R\$ 40.000 para R\$ 48.000 e reconhecendo-se uma variação patrimonial aumentativa de R\$ 8.000.
- Ⓒ registrar o valor de R\$ 48.000 como nova reavaliação, transferindo-se a diferença de R\$ 8.000 para a conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido.
- Ⓓ reverter integralmente a perda reconhecida em 2023, restabelecendo-se o valor contábil do veículo para R\$ 50.000.
- Ⓔ manter o veículo registrado no valor líquido de R\$ 40.000, pois perdas por redução nunca podem ser revertidas.

Questão 57

Uma prefeitura foi acionada judicialmente por um fornecedor que alega não ter recebido um pagamento no valor de R\$ 20.000. Em 2023, a assessoria jurídica da prefeitura classificou o risco como remoto, razão por que nada foi reconhecido nem divulgado. No entanto, em 2024, o surgimento de novos documentos tornou a saída de recursos provável.

Nessa situação hipotética, de acordo com o MCASP, a prefeitura em 2024 deveria

- Ⓐ manter o processo registrado como passivo contingente em contas de controle, sem impacto nas demonstrações patrimoniais.
- Ⓑ continuar sem reconhecer nada, já que o processo ainda não transitou em julgado.
- Ⓒ reconhecer uma provisão no passivo no valor de R\$ 20.000, pois a saída de recursos passou a ser provável.
- Ⓓ divulgar apenas em notas explicativas o valor de R\$ 20.000, já que se trata de obrigação incerta.
- Ⓔ registrar o valor de R\$ 20.000 diretamente como despesa orçamentária, sem afetar o patrimônio líquido.

Questão 58

Em determinada prefeitura, foi lançado, em janeiro de 2025, um direito a receber de IPTU no valor de R\$ 50.000, cuja arrecadação ocorreu no mês de março do mesmo ano.

Nessa situação, o tratamento correto aplicável aos impostos e contribuições consiste em

- Ⓐ reconhecer o valor apenas como receita contábil (patrimonial) em janeiro de 2025, sem reflexo orçamentário, uma vez que o imposto é uma transação sem contraprestação.
- Ⓑ reconhecer em janeiro de 2025 a receita contábil (patrimonial), em função do fato gerador, e no mês de março do mesmo ano a receita orçamentária pelo ingresso do recurso.
- Ⓒ reconhecer em março de 2025 tanto a receita orçamentária quanto a receita contábil (patrimonial).
- Ⓓ reconhecer o valor apenas como receita orçamentária em março de 2025, sem reflexo patrimonial, uma vez que o imposto é uma transação sem contraprestação.
- Ⓔ reconhecer em janeiro de 2025 tanto a receita orçamentária quanto a receita contábil (patrimonial).

Questão 59

De acordo com as regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Para simplificação operacional, é permitido registrar a fixação da despesa diretamente em contas patrimoniais (classe 2, passivos), dispensando-se o uso de contas orçamentárias (classes 5 e 6).
- Ⓑ Contas de natureza de controle (classes 7 e 8) podem ser utilizadas como contrapartida em lançamentos com contas patrimoniais (classes 1 a 4), desde que relacionados a registros de dívida ativa e créditos tributários.
- Ⓒ Lançamentos de natureza patrimonial devem ser restritos a contas das classes 1 a 4, sendo vedada a mistura entre naturezas distintas em um mesmo lançamento.
- Ⓓ Admite-se um lançamento que envolva simultaneamente contas patrimoniais (classes 1 a 4) em contrapartida a contas orçamentárias (classes 5 e 6) desde que assegurada a igualdade entre débitos e créditos.
- Ⓔ De acordo com as referidas regras, admitem-se lançamentos em contas patrimoniais (classes 1 a 4) tendo como contrapartida contas de controle (classes 7 e 8), desde que representem reclassificação de saldos ou eventos extraordinários.

Questão 60

As seguintes informações foram registradas contabilmente no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade pública:

- aprovação da lei orçamentária anual no valor de R\$ 400.000;
- lançamento de impostos no valor de R\$ 200.000, sendo arrecadados R\$ 150.000 no exercício financeiro;
- empenho, liquidação e pagamento da folha de pessoal do exercício no valor de R\$ 180.000;
- empenho e liquidação de equipamentos no valor de R\$ 100.000, 100% inscritos em restos a pagar;
- recebimento, em doação, de um terreno no valor de R\$ 250.000.

Com base somente nessas informações, e considerando as regras do MCASP, assinale a opção em que se apresenta o resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário da referida entidade.

- A** superávit orçamentário de R\$ 170.000
- B** déficit orçamentário de R\$ 130.000
- C** déficit orçamentário de R\$ 30.000
- D** superávit orçamentário de R\$ 120.000
- E** déficit orçamentário de R\$ 80.000

Questão 61

A classificação por fonte ou destinação de recursos no setor público tem como objetivo

- A** definir a categoria econômica da receita orçamentária arrecadada.
- B** determinar o órgão responsável pela execução da despesa.
- C** agrupar receitas que se submetam às mesmas normas de aplicação na despesa.
- D** substituir a classificação funcional-programática do orçamento.
- E** identificar as receitas provenientes de operações de crédito.

Questão 62

No encerramento do exercício financeiro de 2024, uma entidade do setor público apresentou as seguintes situações:

- I empenho de R\$ 60.000, serviços prestados e liquidados em 2024, não pagos até 31/12/2024;
- II empenho de R\$ 40.000, serviços não prestados até 31/12/2024 (sem liquidação);
- III R\$ 25.000 em serviços prestados em 2024 sem empenho, identificados e instruídos orçamentariamente e financeiramente para pagamento em janeiro de 2025.

Consideradas as classificações “restos a pagar processados” (RPP), “restos a pagar não processados” (RPNP) e “despesas de exercícios anteriores” (DEA), é correto afirmar que os itens de I a III são classificados, respectivamente, como

- A** RPP, DEA e RPNP.
- B** DEA, RPNP e RPP.
- C** RPP, RPNP e DEA.
- D** DEA, RPP e RPNP.
- E** RPNP, RPP e DEA.

Questão 63

A conta única do Tesouro Nacional tem como principal objetivo

- A** centralizar, em um único fluxo de caixa, a movimentação financeira da União, para garantir maior controle, eficiência e economicidade.
- B** substituir a execução orçamentária e contábil da União e dos demais entes.
- C** restringir o controle da execução orçamentária apenas às receitas vinculadas.
- D** assegurar a descentralização das receitas públicas entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.
- E** permitir a livre movimentação de recursos financeiros por cada ministério, sem centralização.

Questão 64

Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual, os principais usuários da informação contábil de propósito geral das entidades do setor público são

- A** as entidades internacionais de financiamento, somente.
- B** os órgãos de controle interno e externo.
- C** os parlamentares, os cidadãos e os credores.
- D** os três Poderes, o Ministério Público e os tribunais de contas.
- E** os fornecedores e credores financeiros, exclusivamente.

Questão 65

Assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 14.133/2020 acerca do FUNDEB e nas disposições da Lei Complementar n.º 178/2021.

- A** A utilização dos recursos do FUNDEB é livre, sem vinculação mínima para remuneração de profissionais da educação.
- B** A União contribui com, no mínimo, 10% da complementação ao FUNDEB, sem previsão de aumento.
- C** A complementação da União ao FUNDEB é distribuída de forma proporcional ao número de matrículas, desconsiderados critérios de equidade ou resultados educacionais.
- D** São previstos ajustes de consolidação fiscal, incluídos mecanismos de compensação entre entes federados.
- E** O FUNDEB tem caráter temporário, com vigência até 2030.

Questão 66

A respeito dos ativos imobilizado e intangível, bem como de seus reconhecimentos, assinale a opção correta.

- A** O reconhecimento inicial desses ativos exige que seja provável a geração de benefícios econômicos ou serviços potenciais futuros e que o custo possa ser mensurado com confiabilidade.
- B** O ativo imobilizado admite reavaliação inicial obrigatória, o que não ocorre com ativos intangíveis.
- C** Os ativos intangíveis não podem ser objeto de amortização.
- D** Ambos os ativos são reconhecidos apenas quando adquiridos a título oneroso.
- E** Ativos imobilizados podem ser reconhecidos pelo valor justo, e os ativos intangíveis, somente pelo custo histórico.

Questão 67

Caso um estado que possua tribunal de contas dos municípios apresente receita corrente líquida de R\$ 20 bilhões no exercício de 2024, então, considerados os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o valor máximo de despesa com pessoal permitido ao Poder Legislativo estadual será de

- A** R\$ 300 milhões.
- B** R\$ 400 milhões.
- C** R\$ 500 milhões.
- D** R\$ 600 milhões.
- E** R\$ 680 milhões.

Questão 68

Com base nas disposições da NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e da NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, assinale a opção correta.

- Ⓐ A informação orçamentária não integra o conjunto das demonstrações contábeis de propósito geral do setor público.
- Ⓑ A demonstração dos fluxos de caixa é obrigatória apenas para entidades estatais dependentes.
- Ⓒ A demonstração dos fluxos de caixa deve ser elaborada pelo método direto.
- Ⓓ A NBC TSP 13 exige a apresentação de informações orçamentárias comparativas com o orçamento aprovado, destacando as variações entre valores orçados e realizados.
- Ⓔ A apresentação de informação orçamentária comparativa nas demonstrações contábeis tem caráter facultativo.

Questão 69

Considere a existência de dois ativos hipotéticos: o prédio de um museu estadual de entrada gratuita; e uma usina de tratamento de água explorada por empresa estatal que cobra tarifas aos usuários e visa recuperar custos e gerar excedentes. A respeito desses dois ativos, assinale a opção correta, de acordo com as disposições da NBC TSP 09 e da NBC TSP 10.

- Ⓐ Para o museu, a reversão de perda é vedada, enquanto para a usina, a reversão exige reavaliação formal.
- Ⓑ O montante recuperável dos dois ativos corresponde ao valor justo deduzidos os custos de venda, sendo inadmitida a mensuração pelo valor em uso.
- Ⓒ O montante recuperável do museu é o montante recuperável do serviço, enquanto o montante recuperável da usina é o maior valor entre valor justo menos custos de venda e valor em uso.
- Ⓓ O museu é ativo gerador de caixa por ter bilheteria potencial, enquanto a usina é ativo não gerador de caixa por prestar serviço essencial.
- Ⓔ Em ambos os casos, o reconhecimento de perda depende da existência de evidência externa de informação.

Questão 70

Uma empresa estatal dependente comercial realizou testes de redução ao valor recuperável em 31/12/2024, tendo sido levantadas as seguintes informações.

valor contábil	R\$ 30 milhões
valor justo líquido de venda	R\$ 28 milhões
valor em uso econômico (fluxos de caixa futuros descontados)	R\$ 25 milhões

Nessa situação, conforme as disposições da NBC TSP 09 e da NBC TSP 10, o valor da perda por redução ao valor recuperável a ser reconhecido é de

- Ⓐ R\$ 25 milhões.
- Ⓑ R\$ 5 milhões.
- Ⓒ R\$ 28 milhões.
- Ⓓ R\$ 2 milhões.
- Ⓔ R\$ 3 milhões.

Questão 71

Três sócios investiram juntos R\$ 200.000 em um fundo de ações. Um deles contribuiu com R\$ 40.000, outro com R\$ 65.000 e o último com R\$ 95.000. Ao final do período de investimento, o montante total foi dividido de forma diretamente proporcional ao valor que cada um investiu inicialmente. No momento do resgate, o valor disponível era de R\$ 260.000.

Considerando as condições apresentadas na situação hipotética, cada um dos sócios recebeu, respectivamente, o valor de

- Ⓐ R\$ 50.500, R\$ 87.500 e R\$ 122.000.
- Ⓑ R\$ 60.000, R\$ 85.000 e R\$ 115.000.
- Ⓒ R\$ 55.000, R\$ 80.000 e R\$ 125.000.
- Ⓓ R\$ 52.500, R\$ 85.000 e R\$ 122.500.
- Ⓔ R\$ 52.000, R\$ 84.500 e R\$ 123.500.

Questão 72

Considere que um depósito de R\$ 200 seja realizado todos os meses, sempre no dia 10 de cada mês, em uma aplicação que rende 1% ao mês no regime de capitalização composta.

Nessa situação, o investimento corresponderá a 100 vezes o valor do depósito mensal depois de decorridos exatamente

- Ⓐ 100 meses.
- Ⓑ $\left(\frac{\sqrt{120.401}}{2} - \frac{201}{2}\right)$ meses.
- Ⓒ $\left(\frac{3\sqrt{13.289}}{2} - \frac{199}{2}\right)$ meses.
- Ⓓ $\left(\frac{\log_{10} 2}{\log_{10} 1,01} - 1\right)$ meses.
- Ⓔ $\frac{\log_{10} 2}{\log_{10} 1,01}$ meses.

Questão 73

Acerca dos métodos para avaliação econômica de projetos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O método do custo anual uniforme equivalente pode ser utilizado para comparar alternativas de investimento com vidas úteis diferentes.
- Ⓑ O *payback* descontado fornece uma estimativa do tempo de recuperação de um investimento e é dado pela razão entre o investimento inicial e o lucro líquido esperado em certo período.
- Ⓒ Na avaliação de dois projetos, aquele que possui o maior índice de lucratividade é sempre a melhor escolha, pois indica maior retorno sobre o capital investido em menor prazo possível.
- Ⓓ Um projeto com investimento inicial I e k retornos sucessivos iguais à R é economicamente viável se seu valor presente líquido

$$VPL = I - \sum_{n=1}^k \frac{R}{(1+i)^n}$$

for estritamente positivo para uma taxa interna de retorno i .

- Ⓔ A taxa interna de retorno é calculada com base nos fluxos de caixa do próprio projeto e na taxa mínima de atratividade.

Questão 74

Considerando um financiamento realizado no valor de R\$ 120.000, que deve ser pago em 24 meses pelo sistema de amortização constante, com taxa de juros de 4% ao mês, o valor total a ser pago ao final do financiamento será de

- A** R\$ 60.000.
- B** R\$ 180.000.
- C** R\$ 235.200.
- D** R\$ 175.200.
- E** R\$ 115.200.

Questão 75

O preço de certo produto foi ajustado três vezes, de forma que, após a última alteração, o preço do produto era 13,6% menor que o original. Considerando que o produto sofreu um aumento de 20% e um desconto de 10%, é possível afirmar que o produto também sofreu

- A** desconto de 6,6%.
- B** aumento de 3,6%.
- C** desconto de 20,0%.
- D** desconto de 21,6%.
- E** desconto de 3,6%.

Questão 76

Em um determinado projeto, cujo investimento inicial é de R\$ 360.000, espera-se lucro com dois retornos de R\$ 250.000, um ao final do primeiro ano do investimento e outro ao final do segundo ano.

Nessa situação, a taxa interna de retorno é de

- A** 55,5%.
- B** 44,4%.
- C** 20,0%.
- D** 38,8%.
- E** 25,0%.

Questão 77

Assinale a opção correta com base no disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à auditoria (NBC TA) e ao profissional auditor (NBC PA).

- A** Não há relação entre avaliação de riscos e escolha dos procedimentos de auditoria.
- B** O conceito de independência compreende independência de pensamento e de aparência, de modo que as ameaças devem ser identificadas, avaliadas e tratadas com salvaguardas.
- C** O objetivo do auditor é fornecer asseguração absoluta mediante procedimentos de auditoria exaustivos.
- D** A independência do auditor é desejável, mas não obrigatória, dada a exigência de revisão de qualidade interna.
- E** O ceticismo profissional é atributo apenas do sócio encarregado, não sendo requisito para a equipe de auditoria.

Questão 78

Em amostragem de auditoria segundo a NBC TA 530, um auditor pretende aumentar o nível de segurança do trabalho em relação a um conjunto de faturas, reduzindo a distorção tolerável, elevando a expectativa de distorções e reconhecendo alta variabilidade monetária.

Nessa situação hipotética, a consequência mais provável para o tamanho da amostra será

- A** redução do tamanho da amostra quando houver estratificação, independentemente de variabilidade e de expectativa de distorções.
- B** redução do tamanho da amostra, pois maiores expectativas de distorções tornam mais focada a seleção.
- C** aumento do tamanho da amostra apenas se a seleção for estatística, pois, em seleção não estatística, o tamanho da amostra independe de tais parâmetros.
- D** aumento do tamanho da amostra, pois menor distorção tolerável, maior expectativa de distorções e maior variabilidade demandam a testagem de mais itens.
- E** manutenção do tamanho da amostra, pois a redução da distorção tolerável é compensada por uma maior variabilidade monetária.

Questão 79

No que se refere a fraudes na escrita contábil, assinale a opção correta.

- A** A existência de robusto controle interno documentado elimina o risco de fraude e diminui o ceticismo profissional.
- B** A ocorrência de diferenças imateriais e aleatórias em conciliações bancárias indica fraude gerencial.
- C** O uso frequente de estimativas contábeis afasta o risco de fraude, por ser escolha discricionária prevista em norma.
- D** Saldos de adiantamentos a fornecedores com longa permanência desde que acompanhados de contratos e cronograma de entrega não constituem risco de fraude.
- E** São indícios de risco de fraude os lançamentos de ajuste feitos após o fechamento, sem documentação de suporte idônea e com impacto relevante no resultado.

Questão 80

Assinale a opção em que é apresentado o procedimento mais adequado em auditoria do ativo circulante, diante de contas a receber relevantes e risco de reconhecimento indevido de receitas no fim do período.

- A** contagem física de estoques, pois estoques e receitas sempre se movem juntos
- B** reexecução de planilhas internas de contas a receber, sem circularizações
- C** análises gerais de margem e prazo médio, que são suficientes para todos os riscos de receita
- D** confirmação externa positiva com clientes, sob o controle direto do auditor, combinada com testes de corte de faturamento e exame de documentos de remessa próximos à data-base
- E** revisão da política comercial e das metas de vendas, sem testes de detalhes

Questão 81

Em uma fiscalização, foram identificados saldo credor na conta caixa no encerramento do exercício e fortes indícios de omissão de receita por falta de emissão de documentos fiscais.

Nessa situação, para a recomposição do fluxo de caixa e a obtenção de evidência apropriada e suficiente, deve-se proceder à

- Ⓐ substituição de todos os testes por análises comparativas com empresas do setor, projetando-se a receita omitida pela margem média.
- Ⓑ elaboração da demonstração de fluxo de caixa pelo método indireto a partir das variações do balanço, com a conclusão pela inexistência de omissões se o caixa operacional for positivo.
- Ⓒ contagem física de numerário na data do relatório, sem conciliações retroativas, pois o caixa atual reflete o passado.
- Ⓓ conciliação ampliada entre livro caixa, extratos bancários, comprovantes de recebimento e vendas, e arquivos fiscais, com busca ativa de obrigações não registradas, testes de corte, rastreamento de depósitos e saques e recomposição do fluxo de caixa mês a mês.
- Ⓔ solicitação de declaração da administração de que o saldo credor decorre de lançamentos de estorno seguida da aceitação da justificativa.

Questão 82

No exame do aumento do capital de uma empresa por subscrição que implique suprimento das disponibilidades sem comprovação da efetiva entrega dos recursos financeiros, o conjunto de evidências adequado para suportar a efetiva integralização abrange

- Ⓐ escrituração contábil do aumento do capital com débito na conta clientes e crédito segmentado em capital social.
- Ⓑ depósito em espécie no caixa, acompanhado de recibo particular, sendo prescindível a identificação do depositante pelos sócios.
- Ⓒ transferência bancária identificada do sócio para a empresa, conciliação bancária do período, documento societário hábil e contabilização coerente no patrimônio líquido.
- Ⓓ alteração contratual registrada e termos internos de integralização, sem comprovação bancária individualizada.
- Ⓔ contrato social atualizado e carta da administração afirmando que todos os sócios integralizaram no prazo estabelecido.

Questão 83

No que se refere a aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário, assinale a opção em que é apresentado o procedimento de auditoria eficaz para detectar omissão de entradas e pagamentos sem lastro.

- Ⓐ verificar o orçamento anual e as ordens de compra aprovadas, presumindo-se que tudo foi contabilizado
- Ⓑ realizar análise de margens e de indicadores setoriais como procedimento suficiente para a detecção de omissões de entradas e outros ativos não contabilizados
- Ⓒ confrontar notas fiscais eletrônicas de entrada, registros de recebimento/estoque, contas de fornecedores e extratos bancários/caixa, com testes de corte e circularização a fornecedores selecionados
- Ⓓ conferir autorizações de compras e contratos internos, cotejando-as com recebimentos registrados
- Ⓔ apurar a variação do estoque pelo método permanente e aceitar a explicação da administração quando houver divergência

Questão 84

Considerando que, na auditoria de estoques, a formação do custo é um ponto crítico para se evitar superavaliação, assinale a opção em que é apresentada a prática contábil que, alinhada às Normas Brasileiras de Contabilidade, contribui para mitigar o risco de superavaliação.

- Ⓐ incluir frete e seguro de aquisição e impostos não recuperáveis no custo, excluindo-se despesas administrativas e de venda, e observar o menor valor entre custo e valor realizável líquido
- Ⓑ capitalizar, como regra, os juros de compras de curto prazo no custo dos estoques
- Ⓒ incluir custos de armazenagem após a produção quando decorrentes de conveniência logística, desde que não sejam necessários ao processo produtivo central
- Ⓓ capitalizar despesas de venda, publicidade e comissões no custo dos estoques
- Ⓔ incluir desperdícios anormais de matéria-prima e mão de obra no custo de produção

Questão 85

Caso se identifiquem, em auditoria, máquinas em uso não registradas e gastos de manutenção capitalizados como melhorias sem comprovação de benefícios econômicos futuros, os procedimentos adequados para o tratamento de ativos ocultos e capitalizações indevidas consistem em

- Ⓐ manter contas inalteradas por ausência de plaquetas de tombamento e registrar ressalva por limitação de escopo, além de conciliar o sistema de gestão de ativos.
- Ⓑ inventariar o cadastro, comprovar propriedade e data de entrada, reclassificar gastos não elegíveis, recalcular depreciação e avaliar recuperabilidade.
- Ⓒ focar testes analíticos da razão imobilizado/receita e aceitar valores se a tendência histórica estiver estável.
- Ⓓ inventariar fisicamente os bens, aceitar capitalizações antigas e ajustar a depreciação acumulada remanescente a um percentual padrão da empresa.
- Ⓔ solicitar declaração da administração, manter capitalizações e divulgar nota explicativa sobre incertezas futuras para o conselho fiscal.

Questão 86

Em auditoria de baixa de um equipamento, como suporte da ocorrência da alienação e da baixa correta, deve-se

- Ⓐ priorizar a declaração da alta gestão sobre a alienação e validar a transação a partir da confirmação da transferência de titularidade do bem.
- Ⓑ proceder à baixa contábil do ativo com base no seu valor líquido contábil zerado, em decorrência da depreciação acumulada integral.
- Ⓒ confrontar contrato e nota fiscal, comprovar recebimento bancário, confirmar comprador e baixar cadastro físico do bem.
- Ⓓ aceitar a baixa contábil com ordem interna assinada, relatório de depreciação e arquivo interno.
- Ⓔ verificar a emissão da nota fiscal de venda e o registro do ganho de capital, documentos que constituem prova suficiente da transação.

Questão 87

A NBC TG 04 (ativo intangível) exige das entidades a demonstração objetiva de um conjunto integral de critérios cumulativos que permitam a capitalização dos gastos incorridos na fase de desenvolvimento de *software* para uso próprio. Assinale a opção em que é apresentado esse conjunto.

- Ⓐ declaração de que haverá uso interno contínuo e aferição do retorno econômico provável
- Ⓑ existência de equipe capacitada e expectativa de melhoria operacional futura para a entidade
- Ⓒ despesas de pesquisa e desenvolvimento referentes a um projeto estratégico e prioritário para a gestão
- Ⓓ viabilidade técnica, mensuração confiável e benefícios esperados, com projetos, testes e orçamentos aprovados
- Ⓔ intenção de concluir o *software* e existência de recursos técnicos disponíveis, com foco na alocação dos custos diretos incorridos

Questão 88

Em uma indústria com risco elevado de corte de vendas e de aumento de despesas, o plano de trabalho adequado para a obtenção da evidência apropriada e suficiente da materialização desse risco consiste em

- Ⓐ realizar planilhas de custos com base em metas internas, independentemente do exame de documentos fiscais e contratos de serviços.
- Ⓑ aplicar procedimentos analíticos gerais e concluir pela razoabilidade se não houver variações relevantes no período.
- Ⓒ somar faturas emitidas e reconhecer a receita, facultada a transferência de controle ou confirmação com clientes.
- Ⓓ revisar apenas políticas internas, com a aceitação de assinaturas gerenciais como evidência de ocorrência e de completude das operações.
- Ⓔ executar teste de corte de vendas, revisar cancelamentos, confirmar clientes, rastrear pagamentos e conciliar notas fiscais.

Questão 89

Em relação ao orçamento público, suas técnicas e princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O orçamento tradicional, adotado no Brasil até meados do século XX, tinha como objetivo central a mensuração do custo das ações governamentais, de forma a valorizar a vinculação entre gastos públicos e resultados alcançados.
- Ⓑ O orçamento-programa vincula a alocação de recursos a programas, objetivos e metas governamentais, o que permite maior racionalidade no uso dos recursos públicos.
- Ⓒ O orçamento de desempenho, que consiste em uma evolução do orçamento tradicional, busca associar os recursos alocados a programas e atividades, de forma a permitir a avaliação dos resultados alcançados pela administração pública.
- Ⓓ Segundo o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas públicas devem constar da LOA, admitindo-se, entretanto, a exclusão de fundos especiais, regidos por legislação própria.
- Ⓔ Conforme o princípio da exclusividade, a LOA não pode tratar de matérias estranhas ao orçamento, salvo autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que sem limites.

Questão 90

Assinale a opção correta a respeito do sistema de planejamento e orçamento brasileiro, considerados o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA).

- Ⓐ A LOA é peça autônoma, que independe do PPA e da LDO, pois sua vigência anual garante flexibilidade ao processo orçamentário.
- Ⓑ O sistema de planejamento e orçamento brasileiro é formado apenas pelo PPA e pela LOA, dada a falta de previsão constitucional da LDO.
- Ⓒ O sistema de planejamento e orçamento exclui o controle externo, já que esse não é considerado parte do processo orçamentário.
- Ⓓ O PPA define metas fiscais anuais, servindo como principal elo entre a LDO e a LOA.
- Ⓔ A LDO orienta a elaboração da LOA e estabelece metas fiscais, além de dispor sobre alterações tributárias e aplicação das agências de fomento.

Questão 91

Assinale a opção correta, considerando que o governo pretende iniciar, em 2026, programa de infraestrutura digital com investimentos por cinco anos, o qual não está previsto no PPA 2024-2027.

- Ⓐ A ausência de previsão no PPA pode ser suprida por crédito extraordinário, já que a urgência do investimento caracteriza hipótese típica de imprevisibilidade.
- Ⓑ A criação de programa plurianual de investimento, quando ausente no PPA, requer alteração do PPA por lei, compatibilização na LDO subsequente e apropriação na LOA, observadas as metas fiscais e as regras de responsabilidade na gestão fiscal.
- Ⓒ Por ter caráter estratégico, o PPA dispensa controle externo específico, já que o tribunal de contas somente aprecia a execução da LOA.
- Ⓓ Por ser investimento de capital e programa de duração continuada, a execução do programa pode iniciar-se diretamente com base na LOA de 2026, e sua inclusão no PPA poderá ocorrer por ato infralegal até o final do exercício.
- Ⓔ O PPA vigora sempre do primeiro ao último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, coincidindo integralmente com a legislatura, de modo que novos programas só podem ter início no primeiro ano de governo.

Questão 92

A Secretaria Estadual de Cidades pretende adquirir, em 2026, participação societária em companhia regional de saneamento para acelerar um programa estadual denominado Saneamento Integrado. A LOA de 2026 prevê esse programa na Ação 1234 – Construção de Estações de Tratamento de Esgoto, classificada como investimentos; não há ação ou dotação específica para aquisição de participação societária.

Nessa situação hipotética, no que se refere ao enquadramento da despesa, à estrutura programática e ao instrumento de crédito, é correto

- Ⓐ promover remanejamento entre programas por decreto, criando subtítulo para a aquisição, pois o princípio da unidade autoriza ajustes sem lei específica.
- Ⓑ reclassificar a Ação 1234 de investimentos para material de consumo e abrir crédito suplementar por decreto, pois a mudança de natureza dispensa lei autorizativa.
- Ⓒ criar nova ação na estrutura do programa Saneamento Integrado, classificada como inversões financeiras (GND 5), com produto e unidade de medida compatíveis, mediante crédito especial autorizado por lei e aberto por decreto, e indicação da fonte de recurso.
- Ⓓ admitir crédito extraordinário para a aquisição societária, em razão do interesse público e da urgência, independentemente da existência de dotação.
- Ⓔ manter a Ação 1234 e executar a aquisição como investimentos (GND 4), pois toda aplicação em saneamento é investimento, devendo ser realizada por crédito suplementar.

Questão 93

Considerado que, após a publicação da LOA de 2026, o Estado deve estruturar a execução financeira e acompanhar a arrecadação, assinale a opção correta em relação a metas bimestrais de arrecadação, cronograma de execução mensal de desembolso e limitação de empenho.

- Ⓐ O cronograma de desembolso aplica-se apenas ao Poder Executivo, sem alcançar os demais Poderes e o Ministério Público.
- Ⓑ A limitação de empenho pode recair livremente sobre quaisquer despesas, inclusive transferências constitucionais e restos a pagar processados, sem restrição.
- Ⓒ O descumprimento das metas de arrecadação autoriza automaticamente a abertura de créditos extraordinários para compensação do desequilíbrio.
- Ⓓ O cronograma de desembolso é discricionário e pode ser definido a qualquer tempo, sem relação com a LDO.
- Ⓔ As metas bimestrais de arrecadação e o cronograma mensal de desembolso devem ser definidos até 30 dias após a LOA e servem de base para a limitação de empenho, cujos critérios devem estar na LDO.

Questão 94

A Secretaria de Saúde do estado X descentralizou parte do crédito orçamentário para uma fundação estadual hospitalar (ente estadual; órgão distinto), que executará aquisições de equipamentos. Em paralelo, a secretaria programará repasses financeiros para pagamento conforme o cronograma de desembolso.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito dos efeitos e requisitos da descentralização orçamentária e financeira.

- Ⓐ Na descentralização de crédito externa (destaque), a fundação executa a despesa, mantendo programa/ação e natureza; a descentralização financeira provê o numerário; e ambas devem observar as disposições da LDO e da LRF e possuir registro contábil específico.
- Ⓑ A descentralização de crédito orçamentário externa (destaque) transfere definitivamente a titularidade do crédito, o que permite à unidade executora alterar programa/ação e natureza da despesa.
- Ⓒ A descentralização de crédito orçamentário dispensa registro contábil se houver controle administrativo do órgão central.
- Ⓓ Convênio é modalidade de descentralização interna (provisão), portanto sua realização dispensa lei e regulamento próprios.
- Ⓔ A descentralização financeira consiste em repasses de cotas de numerário para pagamento, independentemente do cronograma de desembolso.

Questão 95

Assinale a opção correta acerca da receita pública.

- Ⓐ Operações de crédito devem ser classificadas como receitas correntes, pois representam ingresso regular para custeio.
- Ⓑ O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscreve o débito desta.
- Ⓒ Por ingressarem nos cofres públicos, depósitos de terceiros e cauções caracterizam receita orçamentária.
- Ⓓ A arrecadação corresponde ao ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, e o recolhimento, ao recebimento pelos agentes arrecadadores.
- Ⓔ Juros e multas incidentes sobre a dívida ativa devem ser classificados como receitas de capital, pois corrigem o principal vencido.

Questão 96

Em relação à dívida ativa e seus reflexos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Juros de mora e multas da dívida ativa configuram receitas de capital, devendo ser destacados do principal.
- Ⓑ Os valores do principal recuperados de dívida ativa devem ser classificados como receita de capital, dada sua origem em créditos vencidos.
- Ⓒ Dívida ativa não tributária não pode ser inscrita, visto que sua inscrição não está prevista no Código Tributário Nacional.
- Ⓓ A inscrição é condição para a execução fiscal, e a certidão de dívida ativa (CDA) constitui título executivo extrajudicial.
- Ⓔ A inscrição em dívida ativa gera receita orçamentária no momento do registro do crédito na certidão de dívida ativa (CDA).

Questão 97

No orçamento público brasileiro, a classificação quanto à natureza da despesa tem por objetivo evidenciar a estrutura do gasto sob a ótica do objeto de despesa. Considerando essa perspectiva, assinale a opção correta.

- Ⓐ No grupo de natureza de despesa, as aquisições de *softwares* são consideradas inversões financeiras.
- Ⓑ A classificação funcional organiza-se em funções e subfunções, sendo a função o nível mais agregado ligado à missão institucional, e a subfunção a área específica da despesa vinculada às ações orçamentárias.
- Ⓒ As ações orçamentárias excluem transferências a outros entes da Federação, não podendo contemplar subsídios, auxílios ou reservas de contingência.
- Ⓓ A função encargos especiais diz respeito às despesas relacionadas à produção de um bem ou serviço público.
- Ⓔ A classificação por natureza corresponde às categorias obrigatória e discricionária da despesa pública.

Questão 98

Considerando que, no Brasil, as DEA só podem ser pagas em situações específicas, é correto afirmar que essas despesas

- Ⓐ abrangem obrigações de exercícios encerrados não inscritas em restos a pagar, a serem atendidas por dotação específica no orçamento vigente.
- Ⓑ são sempre classificadas como investimentos, por gerarem acréscimo de ativo.
- Ⓒ constituem dívida fundada do ente, por natureza.
- Ⓓ são uma espécie de restos a pagar processados.
- Ⓔ devem, obrigatoriamente, constar da LOA inicial, em anexo próprio.

Questão 99

Os tribunais de contas alertam os órgãos públicos sobre riscos fiscais, incentivando o cumprimento das metas e prevenindo irregularidades, em conformidade com a LRF. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos tribunais de contas compete realizar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão, conforme definido na LRF.
- Ⓑ Os tribunais de contas somente devem emitir alertas quando a despesa com pessoal ultrapassar o limite de 95% e quando a dívida mobiliária exceder o limite definido no Senado Federal.
- Ⓒ Nos termos da LRF, os tribunais de contas devem emitir alertas quando constatarem fatos que possam comprometer os custos ou os resultados dos programas, desde que também estejam presentes indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- Ⓓ Os tribunais de contas alertarão os poderes quando os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontrarem acima de 90% dos respectivos limites.
- Ⓔ A LRF estabelece que os alertas dos tribunais de contas só podem ocorrer após o encerramento do exercício financeiro, quando já consolidados os dados da execução orçamentária e financeira.

Questão 100

Acerca do relatório da gestão fiscal (RGF), assinale a opção correta com base na LRF.

- Ⓐ O RGF deve ser emitido ao final de cada bimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos, em consonância com a periodicidade do relatório resumido da execução orçamentária.
- Ⓑ A assinatura do RGF é prerrogativa exclusiva dos chefes dos Poderes e órgãos, sendo vedada a inclusão de outros responsáveis, com vistas à garantia da centralização de responsabilidade.
- Ⓒ Entre os demonstrativos obrigatórios do RGF constam, no último quadrimestre, a relação das despesas liquidadas e empenhadas, bem como um demonstrativo da execução das renúncias de receita e das licitações realizadas no exercício.
- Ⓓ O RGF deve ser publicado em até 60 dias após o encerramento do quadrimestre, podendo sua publicação se restringir ao diário oficial do respectivo ente, sem necessidade de divulgação eletrônica.
- Ⓔ O RGF do Poder Executivo não se limita à despesa com pessoal, devendo apresentar comparativo com os limites de despesa total com pessoal, das dívidas consolidada e mobiliária, das concessões de garantias e das operações de crédito, além das medidas corretivas e dos demonstrativos exigidos no último quadrimestre.

Espaço livre